



Nesta Edição:
Ações do CAOP PROAD
Notícias
Informativo de Jurisprudência

Informativo de Jurisprudência:

1- STF

ADI 6585/DF

Relator(a): CÁRMEN LÚCIA

JULGAMENTO VIRTUAL EM 07/05/2021 a 14/05/2021

Lei Orgânica do DF e destinação de 50% dos cargos comissionados a servidores efetivos. Discute-se a constitucionalidade de dispositivos da Lei Orgânica do DF que preveem a reserva de percentual mínimo de 50% dos cargos em comissão a servidores de carreira.

Processo: ARE 1311131

Órgão julgador: Tribunal Pleno, Relator(a): Min. LUIZ FUX(Presidente), Julgamento: 12/05/2021 Publicação: 25/05/2021, EMENTA: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EX-PREFEITA. CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS. PRAZO DETERMINADO ULTRAPASSADO. OFENSA REFLEXA. FATOS E PROVAS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DOS LIMITES DA COISA JULGADA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O tema relativo à suposta violação dos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal não possui repercussão geral (ARE 748.371-RG, Plenário, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 19/8/2013, Tema 660). Clique [AQUI](#) para acesso ao inteiro teor.

2 - STJ

Processo REsp 1.925.492-RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 04/05/2021.

Ramo do Direito DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL Tema Improbidade administrativa. Decisão interlocutória que indefere pedido de depoimento pessoal. Agravo de instrumento. Cabimento. Prevalência de previsão contida na Lei da Ação Popular sobre o artigo 1.015 do CPC/2015. Microsistema de tutela coletiva. Clique [AQUI](#) para acesso ao inteiro teor.

Processo REsp 1.929.230-MT, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 04/05/2021. Ramo do Direito DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL Tema Improbidade administrativa. Fase de cumprimento de sentença. Requerimento de medidas coercitivas. Suspensão de CNH e apreensão de passaporte. Previsão feita no art. 139, IV, do CPC/2015. Medidas executivas atípicas. Aplicação em processos de improbidade. Observância de parâmetros. Análise dos fatos da causa. Possibilidade. Clique [AQUI](#), para acesso ao inteiro teor.

AÇÕES DO CAOP PROAD:

CAMPANHAS E AÇÕES LANÇADAS:

Lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

Considerada um dos problemas crônicos da sociedade brasileira, a corrupção vem trazendo, ao longo dos anos, sérias consequências sociais e econômicas ao País. Para apoiar as organizações públicas brasileiras a enfrentar a corrupção, foi lançado, no dia 20/5, às 10h, o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), que pretende levar conhecimento aos gestores públicos e orientá-los na promoção de uma administração pública com elevados padrões de integridade. Para acesso gravação da transmissão clique [AQUI](#)

NOTA TÉCNICA

NTC-CAOP-PROAD – 22021 - OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DOS MUNICÍPIOS EM SÍLIO ELETRÔNICO OFICIAL DO MUNICÍPIO, RESSALVADAS AS PREVISÕES ESPECÍFICAS DETERMINADAS EM LEI, EM OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA, INSCULPIDOS NO ART. 37 DA CF/88, ART. 147, IX, DA CEMA E NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. Para acesso ao inteiro teor, clique [AQUI](#).

MATERIAIS DE APOIO ENCAMINHADOS:

Em 17.05.2021, foi enviado para todos dos Promotores (as) de Justiça da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, material de apoio consistente em:

1. Roteiro Prático – Evolução Patrimonial incompatível com a renda – elaborado pelo CAO Patrimônio Público do MPSP;
2. Roteiro Básico de Análise de Superfaturamento e Sobrepreço – elaborado pelo MPMS;
3. Manual de Boas Práticas na Realização de Concursos Públicos e Processos Seletivos Públicos – elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;
4. Cartilha Integridade nas Compras Públicas – elaborado pela ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro;
5. Roteiro “Kit de Atuação”. Tema: Atuação Preventiva. Aquisição de Medicamentos e Insumos – Centro de Apoio de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa pelo MPMT. Para acesso clique [AQUI](#)

PRINCIPAIS REUNIÕES:

- ✓ Reunião virtual, no dia 06.05.2021, com a presença do Procurador Geral de Justiça, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, Promotores da Ordem Tributária, SECISNT e CAOP PROAD, para tratar da retomada das ações do Projeto “Município Legal: = + Receitas + Direitos.

- ✓ Reunião virtual da Rede de Controle realizada no dia 17.05.2021 para tratar do lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), que ocorrerá na quinta-feira, 20.05.2021, em conjunto com as redes de todos os estados do país.

REALIZAÇÃO DE OFICINA SOBRE ANÁLISE DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA:

Atendendo pedido do CAOP PROAD (OFC-CAOP-PROAD – 1422021), com o objetivo de capacitar membros e servidores do Ministério Público do Maranhão, em todas as comarcas, a Escola Superior realizou, entre os dias 24 e 26 de maio, por meio virtual, oficina sobre análise dos Portais da Transparência dos entes públicos. Clique [AQUI](#), para detalhes.

WEBINAR REALIZADO NO MÊS DE MAIO:

[WEBINAR] “Improbidade administrativa: tipologias e estratégias de atuação”, realizado por MPES e outras instituições, no dia 18.05.2021. Para acesso ao vídeo, clique [AQUI](#)

SOLICITAÇÕES DE OFICINAS À ESCOLA SUPERIOR DO MPMA PARA ÁREA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO:

1. OFC-CAOP-PROAD – 1732021 - Workshop – Consulta a Base de Dados da Sefaz para Levantamento de Informações Cadastrais e Fiscais;
2. OFC-CAOP-PROAD – 1782021 - 'Criminalidade Organizada e Tráfico de Drogas' e 'Workshop Prático de Combate à Lavagem de Dinheiro',
3. OFC-CAOP-PROAD – 1822021 - Oficina - Desmistificando as Quebras Telemáticas;
4. OFC-CAOP-PROAD – 1832021 - Curso de Investigação na Proteção do Patrimônio Público - ESMP/S

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA VISTORIADOS PELO CAOP PROAD

1. 04 PORTAIS COVID-19 :
 - ✓ (Municípios de Caxias, São João do Sóter e Aldeias Altas), por solicitação da 1ª Promotoria de Justiça de Caxias.

 - (Município de São Bento), por solicitação da Promotoria de Justiça da Comarca de São Bento.
2. 02 PORTAIS GERAIS:
 - ✓ (Prefeitura e Câmara de Pastos Bons), por solicitação da Promotoria de Justiça da Comarca de Pastos Bons.

NOTÍCIAS DO MPMA

TCU concede medida cautelar para que estados e municípios deixem de usar precatórios do Fundef para pagamento de profissionais do magistério Link: Para mais detalhes, clique [AQUI](#)

TUFILÂNDIA - Contrato entre Município e escritório de advocacia é anulado. Para mais detalhes, clique [AQUI](#)

AÇAILÂNDIA - MPMA recomenda anulação de contrato com escritório de advocacia. Para mais detalhes, clique [AQUI](#)

FERNANDO FALCÃO - MPMA e Câmara de Vereadores firmam TAC para adequação do Portal da Transparência. Para mais detalhes, clique [AQUI](#)

NOTÍCIAS DO CONJUR

A ênfase no planejamento na nova Lei de Licitações – Para mais detalhes, clique [AQUI](#)

Liminar que proíbe contrato com município não fere limites do poder de cautela – Para mais detalhes, clique [AQUI](#)

Perda da função pública por improbidade: disposições jurisprudenciais do STJ - Para mais detalhes, clique [AQUI](#)

STJ definirá necessidade de ação autônoma de ressarcimento por ato de improbidade - Para mais detalhes, clique [AQUI](#)

Acordos de não persecução cível em ações de improbidade administrativa – Para mais detalhes clique [AQUI](#)